



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre a “Criação de Parque Estadual Marinho no entorno do Parque Estadual da Ilha Anchieta”, de responsabilidade da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, realizada no dia 31 de agosto de 2021.**

Realizou-se, no dia 31 de agosto de 2021, em ambiente virtual, a audiência pública sobre a “**Criação de Parque Estadual Marinho no entorno do Parque Estadual da Ilha Anchieta**”, de responsabilidade da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, realizada no dia 31 de agosto de 2021. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães** saudou a todos e, em nome do Presidente do CONSEMA Marcos Penido, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, deu boas-vindas aos representantes aos cidadãos e cidadãs; aos representantes dos organismos da sociedade civil –; do Poder Executivo –; do Poder Legislativo – nas pessoas dos nas pessoas dos Excelentíssima Senhores Deputados Rodrigo Agostinho, Ênio Tatto e Nildo Tatto; do Poder Judiciário, do Ministério Público –; dos órgãos públicos –; da Polícia Militar Ambiental –; de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente –; das entidades ambientalistas, enfim a todos que acompanham a esta audiência pública que versa sobre a “Criação do Parque Estadual Marino, no entorno do Parque Estadual da Ilha Anchieta”, de responsabilidade da FF. Esclareceu que, em virtude das recomendações frente ao controle e combate da pandemia do Covid-19 e consonante às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, a audiência pública ocorreria exclusivamente por meio virtual, sendo o endereço de acesso à transmissão ao vivo em: [www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/consema](http://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/consema). Informou que a Mesa Diretora virtual era presidida por ele e que nela o acompanhavam, até dois conselheiros do CONSEMA presentes na audiência, o Diretor Executivo, Diego Hernandez e o especialista Rodrigo Victor, ambos da FF. O Secretário-Executivo informou que as audiências públicas do CONSEMA têm previsão na Lei Estadual nº 13.507/2009 e respectivo Decreto Estadual regulamentador nº 55.087/2009. Informou que o rito das audiências é descrito na Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2011 e será detalhado pouco mais adiante. Reiterou ainda que, a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem suas opiniões, formulem indagações, apresentem contribuições, sugestões e críticas, e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou propostas apresentadas. Esclareceu que a participação nos debates se daria por meio de inscrição no mesmo endereço eletrônico citado no início, encerrando-se em 60 minutos a partir da abertura dos trabalhos, ou seja, às 18h00 e, que a sequência das manifestações obedecia à ordem das inscrições. Informou que as manifestações poderiam também ser encaminhadas por escrito, bastando ao interessado registrá-las em formulário eletrônico, e seriam lidas nos intervalos de tempo previstos na audiência. Acrescentou que os interessados têm o direito a uma manifestação e, os representantes de entidades da sociedade civil ou de órgãos e entidades públicos precisam necessariamente comprovar a legitimidade de sua representatividade, a menos que optem por falar em seu próprio nome. Informou que o local e as condições do evento se encontram descritas no respectivo Edital de Convocação da audiência, publicado no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, em 02 de agosto de 2021. Acrescentou que contribuições por escrito também podem ser encaminhadas para o e-mail [consema@sp.gov.br](mailto:consema@sp.gov.br), até o dia 08 de setembro de 2021. Informou que a audiência pública estava sendo gravada e seu conteúdo transcrito e formalizado em ata e, esses registros escritos conterão data, hora e local da audiência. Ressaltou que a síntese das manifestações apresentadas ao longo da audiência tal qual as contribuições protocoladas serão apensadas ao processo e consideradas na análise técnica. Esclareceu que a consulta realizada no âmbito do CONSEMA, ocorre em duas etapas, sendo a primeira, essa oitiva com a sociedade e a segunda etapa, a submissão da proposta ao Plenário do CONSEMA. Reiterou que o rito para a condução da audiência descrito na Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2011 e no próprio Edital de Convocação da audiência e, passou à descrição dos momentos ou



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

partes em que se desdobra o rito propriamente dito. Após a composição da Mesa Diretora, tem lugar a exposição do projeto pelo responsável, em até 45 minutos, no presente caso, pelo diretor da Fundação Florestal, Rodrigo Levkovicz e pela oceanógrafa Priscila Saviolo Moreira, gestora do Parque Estadual da Ilha Anchieta. Nas partes seguintes fazem o uso da palavra os integrantes do Plenário, iniciando-se por representantes do Ministério Público, seguidos pelos que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada qual a até cinco minutos e; na sequência, os cidadãos que não representam quaisquer órgãos ou entidades públicos, mas que falam em seu próprio nome, com direito a até três minutos cada um, sendo este o único segmento das manifestações do Plenário com limite máximo de tempo para o total das falas, de 60 minutos. Depois se manifestam os representantes de órgãos ou entidades públicos, seguidos pelos representantes de Conselhos Estaduais ou Municipais, até cinco minutos cada um. Logo após, tem lugar as falas dos Parlamentares e; por fim, os representantes do Poder Executivo, cada orador com direito a até cinco minutos para o uso da palavra. No último momento da audiência, faculta-se ao responsável pelo projeto e à equipe de consultoria que ofereçam respostas aos questionamentos e comentem as colocações feitas, ambos por até 15 minutos. Ao cabo, franqueia-se aos representantes do CONSEMA que estiverem compondo a mesa, a prerrogativa de se manifestarem por até dez minutos, distribuídos entre ambos. Concluídas as etapas a audiência pública é encerrada pela Presidência do CONSEMA e seus representantes. Antes de anunciar o início da etapa de apresentação do projeto, o Secretário-Executivo anunciou a presença da conselheira do CONSEMA Gilda Nunes, representante do Instituto Ilhabela Sustentável. O diretor **Rodrigo Levkovicz** declarou tratar-se de oportuna discussão da criação do Parque Marinho, em área não utilizada para fins pesqueiros. Afirmou que nada será imposto de cima para baixo e que a realização de audiências públicas demonstra a disposição do Estado e da sociedade paulista em manter o diálogo e a preocupação com as questões socioambientais. Nesse contexto, frisou que a proposta ora discutida tem por objetivo estabelecer um novo processo de negociação e de consolidação coletiva da APA Marinha. Acentuou, outrossim, que a ONU dedicou essa década aos Oceanos. **Priscila Saviolo Moreira**, gestora do Parque Estadual da Ilha Anchieta, com auxílio da projeção de *slides*, apresentou a linha do tempo dos principais fatos relacionados a criação do Parque, em 1977, e abordou o histórico da discussão, entre membros do Conselho da UC e gestores da época, sobre a necessidade de elevar a UC à categoria de Parque de Proteção Integral abrangendo a área de entorno da Ilha Anchieta. Ressaltou que, após 2002, esse processo não avançou, embora sempre fosse essa a intenção, levando-se em conta a importância das áreas envolvidas. A necessidade de retomar o processo ressurgiu, em 2018, quando o ordenamento náutico da área estava em discussão no Conselho do PEIA e apontado em uma reunião do CONSEMA, por um de seus conselheiros. A partir de 2020, relatou que foram elaborados os primeiros estudos técnicos em parceria com a academia e, um pouco mais adiante, foi dado início à condução do processo participativo, com a realização de uma série de reuniões setoriais com os membros do Conselho Gestor do Parque Estadual da Ilha Anchieta e estendido aos membros do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Norte. Prosseguiu seu relato, ofertando os principais encaminhamentos vinculados ao processo de criação do Parque Estadual Marinho Tartaruga-de-Pente, passando pela análise do CONSEMA e subsequente envio da minuta final ao Palácio do Governo. Expôs os motivos que justificam a criação de UCs marinhas, dentre os quais, a enorme área de cobertura dos oceanos (71% da superfície terrestre) com 97% da água do Planeta, ser fonte de alimento e diversos outros recursos minerais; atuar na regulação climática, produção de inúmeros serviços ecossistêmicos, além de produzir a maior parte do oxigênio disponível e abrigar elevada diversidade. Diante disso tudo, esclareceu de que forma as UCs marinhas auxiliam na minimização dos impactos e pressões decorrentes das atividades antrópicas (turismo, exploração de petróleo, degradação da paisagem, dentre outros). Versou sobre as perdas em biodiversidade constatadas nas últimas quatro décadas, que levaram a redução das populações de mamíferos, aves, répteis e, especialmente da população de peixes para os quais constatou-se a redução de mais de 75%. Ofertou



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

como exemplo, a ocorrência de branqueamento de corais, devido a alteração da temperatura da água do mar, fenômeno esse que relacionado à crise climática, evidenciado no último relatório do IPCC, que também aponta a ocorrência de acidificação oceânica, fenômeno também responsável pela perda de biodiversidade, além da redução das espécies nativas devido a invasão de espécies exóticas. Pelos motivos expostos, esse projeto, entre outras ações da FF, mantém relação com as agendas internacionais, destacadamente com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável – Vida na Água. Sendo essa a década dedicada pelas Nações Unidas aos Oceanos, conforme comentou o diretor Rodrigo Levkovicz, a proposta de criação do Parque Estadual Marinho Tartaruga-de-Pente está em sintonia com a agenda do Estado de São Paulo. Afirmou que a UC, categoria Parque, se encaixa, ao entorno Marinho da Ilha Anchieta, tanto pela socio biodiversidade quanto pela sua própria paisagem e beleza cênica, tanto da sua parte emersa quanto imersa, além da vocação da área para o turismo e pesquisa. Considerando também as agendas internacionais se entende que trabalhar um Parque Marinho também provoca a necessidade de olhar com mais atenção para esse ambiente. Informou que dos 490 parques brasileiros, apenas oito são exclusivamente marinhos e, na esfera estadual, são 224 parques, dos quais apenas cinco são exclusivamente marinhos. Atualmente, o único exemplo de parque marinho no Estado é o Laje de Santos e teremos o segundo, com a aprovação do PEM. Na sequência, com auxílio da projeção de mapas apresentou a área poligonal do parque proposto, sobreposta ao polígono de interdição de pesca existente desde 1983. Considerando as normas incidentes nessa área, afastou a possibilidade de que novas restrições sejam estabelecidas para as atividades, o que se espera são melhores ferramentas de gestão e a possibilidade de aprimoramento da regulamentação das atividades, visando o ambiente ecologicamente equilibrado, que ele possa continuar a atender aos critérios de conservação relacionados aos usos atuais (abrigo, tráfego e fundeio de embarcações; salvaguarda da vida humana; atividades de mergulho e turismo náutico, atividades recreativas e educativas). Reforçou que a criação do parque não tem a pretensão de proibir as atividades desenvolvidas. Forneceu mais informações sobre a ocorrência das UCs de Uso Sustentável e de Proteção Integral em águas marinhas no norte, centro e sul do litoral paulista. Informou sobre as áreas nas quais as atividades são totalmente excluídas de pesca, que somam 6,49% do nosso mar territorial. Nesse contexto informou que o parque adicionará 0,15% de área para proteção integral de mar territorial. Informou que a área de estudo é responsável pela oferta de 60% dos serviços ecossistêmicos de valor econômico, podendo atingir muito mais. Tais serviços englobam, por exemplo, a provisão de alimentos, a manutenção da biodiversidade e, a regulação do clima que é um papel muito importante dos oceanos para o nosso planeta Terra. Acrescentou a lista, a beleza cênica e conservação da paisagem, que também acabam se relacionando com as atividades de lazer, recreação e o turismo em si. Ademais, acentuou a importância das áreas marinhas protegidas para a vida dos peixes das áreas adjacentes e para recuperação de outras áreas. Ofertou informações sobre a biomassa local e listou as espécies de peixes, de interesse comercial, que ocorrem no local (Carapau, peixe Trilha, Robalo, Badejo, Sardinha, Corvina, Peixe Galo e a Garoupa que classificada como vulnerável). Quanto aos quelônios, ressaltou a incidência da tartaruga-de-pente, que acaba por dar nome ao parque proposto, que se encontra criticamente ameaçada, além da baleia-de-bryde e a Jubarte. Informou sobre a densidade de peixes ósseos e elasmobrânquios dentre os quais mencionou: Cação-anjo, Tubarão-martelo, a Raia-emplastro, dois tipos de Raia-manta, a Ticonha, a Raia-borboleta, Raia-santa e Raia-viola-de-focinho-curto, peixe Neon, Papagaio Cinzento e Sinaleiro, Garoupa verdadeira e vermelha, Badejo amarelo e quadrado, o Cherne-verdadeiro, Mero e Cavalo Marinho. Apresentou dados suplementares das espécies encontradas nas áreas, passando a descrever os serviços culturais voltados as atividades de lazer, recreação e o turismo. Destacou os impactos causados pelo turismo predatório e a diferença do turismo espontâneo e informou que a valoração dos serviços sistêmicos ofertados para população, calculados para a área atingem um valor na ordem aproximada de R\$ 127 milhões. Sobre a condução do processo participativo, ofertou informações sobre as 26 reuniões realizadas, sendo algumas realizadas nos conselhos do PEIA,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Turismo. Completou que outras reuniões foram realizadas com setores de segmentos específicos, seja com os pescadores, profissionais de turismo, Associação de Turismo Náutico de Ubatuba, Associação de Turismo Náutico do Itaguá, operadores de mergulho, velejadores, operadores de Charter, representantes das comunidades tradicionais, com destaque para a AARCCA e para o Fórum de Comunidades Tradicionais. Foram também realizadas reuniões com a Associação de Moradores de bairro do Saco da Ribeira, ICMBIO, com Ministério Público Federal, GAEMA e, são previstas reuniões com o Conselho do Núcleo de Gestão Integrada de Alcatrazes. Ofertou o detalhamento sobre o conteúdo dessas reuniões. Passou a leitura de trecho específico que constará proposta de minuta da Resolução, que segue transcrito: *“I. O trânsito de fundeio de embarcações pesqueiras de qualquer modalidade é permitido na área dentro dos limites do Parque Estadual Marinho Tartaruga-de-Pente, desde que não estejam exercendo atividade pesqueira e o pescado, obrigatoriamente, esteja no convés ou armazenado e, no caso da pesca de arrasto, as portas estejam fora da água, podendo estar no tangone; II. A rede dentro da embarcação, ou no caso de estar na água, esteja com ensacador aberto; no caso da pesca de emalhe, a rede esteja fora da água”*. Com auxílio da projeção de mapas, ofertou informações sobre a zona de amortecimento - ZA, que é uma área no entorno da unidade de conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. Quanto ao receio de que a ZA possa trazer novas restrições para as atividades, esclareceu que as normativas serão convergentes àquelas estabelecidas no Plano de Manejo da APA Marinha do Litoral Norte, cuja escrita também fará parte da Resolução da UC. Por derradeiro, reafirmou a importância e a possibilidade de que o projeto ofereça de garantir a manutenção dos serviços ecossistêmicos, essenciais para o bem-estar humano da sociedade local e estadual. Acrescentou como outros benefícios: o incentivo à pesquisa científica, incremento dos mecanismos de mitigação, adaptação e combate aos vetores de alteração do meio, a promoção do ordenamento das atividades, como referência da prática do turismo sustentável, intensificação das ações de monitoramento da biota e do meio físico, promoção da gestão integrada das unidades de conservação, sejam marinhas ou terrestres relacionadas à área, ampliação das fontes de recursos, com especial destaque ao acesso à câmara de compensação ambiental e pagamento por serviços ambientais. E, por fim, destacou a oportunidade de fortalecer as ações de parceria com as comunidades Caiçaras de Ubatuba para o resgate e preservação da memória, da integridade ecossistêmica do Parque e a geração de renda para as comunidades do entorno, por meio do estabelecimento de mecanismos de pagamentos por serviços ambientais. Antes de passar a etapa posterior da audiência, o Secretário-Executivo anunciou a presença do Subsecretário de Meio Ambiente, Eduardo Trani, do coordenador do Instituto de Pesquisas Ambientais, Marcelo Gomes Sodr e e do conselheiro do CONSEMA, representante do Instituto de Proteção Animal, Jefferson Rocha de Oliveira. Passou-se a etapa das manifestações. O deputado **Enio Tatto** saudou os conselheiros, representantes da SIMA e pescadores das comunidades locais, especialmente, ao Jerry da Colônia Z10. Relatou que ele e a família são assíduos frequentadores de Ubatuba, desde 1985, por ser um local muito bonito. Relatou ter ficado muito preocupado quando nesses últimos dias conversou com ambientalistas, representantes de Associações de Ubatuba e, constatou que muitas pessoas estão preocupadas com esse Projeto do Parque Marinho, sem que se resolva o problema da sobreposição com o respectivo Plano de Manejo, que está parado. Demonstrou-se totalmente contrário celeridade dos processos e questionou qual seria o motivo de realizar a audiência por meio virtual, se as flexibilizações/liberações as concessões ocorrem desde julho, tal qual, a cerim nia que participou, há quinze dias, de inauguração da estação de trem da Zona Sul de São Paulo, com a presença de autoridades do governo. Dito isso, defendeu a realização de audiências públicas híbridas (presencial e virtual), cercada dos cuidados sanitários, tal como a Assembleia Legislativa está fazendo para discutir o orçamento. Informou, inclusive, que protocolou pedido de realização de audiência pública presencial em Ubatuba na Comissão de Infraestrutura e de Meio Ambiente da



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Assamblea, atendendo ao pedido dos mais atingidos, de forma que possam opinar e sugerir melhorias ou, até mesmo, solicitar a não implantação do projeto. Em relação as exposições, afirmou ter percebido preocupação muito grande com as associações e entidades que visam o lucro e a exploração, mas muito pouco com os moradores locais, responsáveis pela preservação local. Sendo assim, solicitou maior observância nesse ponto e afirmou que o avanço será alcançado a partir da abertura do debate. Frisou que não se pode ter pressa num projeto como esse, para que se possa acertar e fazer bem feito. Com preocupação, alertou que na Ilha Anchieta poderá acontecer o mesmo que em outros locais de Ubatuba que, a abertura ao público e ao comércio, acarretou perda de controle, a exemplo da Praia da Almada. O deputado afirmou que, segundo informações que recebeu, até o nome dado ao projeto estaria errado, visto que estaria privilegiando um setor e desrespeitando os pescadores das comunidades locais, que poderiam ser consultados para sugerir um nome mais adequado para esse Parque Marinho. Afirmou que sua contribuição é no sentido de trazer essas críticas, chamar atenção e tentar ajudar no debate da construção de uma proposta mais adequada e aberta, ouvindo mais especialistas e, principalmente, as pessoas locais interessadas na realização de mais audiências públicas presenciais em Ubatuba, sendo elas pescadores, entidades ambientalistas, associações de pescadores, comunidades locais e, para as quais informou que acabara de protocolar solicitações em duas Secretarias e na Assembleia Legislativa. Acrescentou que a audiência pública deve ser aberta ao público de forma a ter um número maior de participantes, do que os que verificava naquele momento, ou seja, 30 pessoas. Reforçou que, completada toda a discussão, a minuta de decreto deve passar pela aprovação da Assembleia Legislativa. Por último, parabenizou a realização da audiência pública, cobrou mais transparência, e afirmou que as coisas feitas apressadamente não saem de forma adequada, principalmente, as questões relacionadas aos pescadores, comunidades locais e à preservação, justamente o mais importante para toda a humanidade. O Secretário-Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães** informou que as inscrições para manifestação haviam se encerrado e, dos 158 que participavam da audiência, haviam 53 inscritos para o uso da palavra. Acrescentou que acompanhavam a audiência pela plataforma do Youtube, 88 pessoas. O Deputado **Nilto Tatto** saudou a FF e o Governo do estado de São Paulo pela iniciativa de criação de mais um Parque Marinho, levando-se em consideração o importante papel desempenhado pelo mar na crise climática atual. Afirmou que a iniciativa dos governos federal e estaduais de criar parques é positiva, embora seja grande a dificuldade de implementá-los, remanescendo grande parte deles apenas no papel. Ao relatar que acompanha há muito tempo o assunto, antes mesmo de ser deputado, afirmou que, ao seu ver, não houve grande evolução no sentido de incorporar-se ao debate como um todo, os que ajudam na estratégia da conservação. Alertou quanto a possibilidade de que seja criado mais um parque de forma açodada, sem um amplo debate, sem audiência pública, levando-se a perda de toda a experiência acumulada ao longo da criação da APA Marinha do Litoral Norte. Considerando os muitos dos debates e audiências sobre o tema, dos quais participou, espantou-se pelo fato do projeto ainda não ter sido aprovado pelo CONSEMA e, de certa forma, implementado, tendo em vista, que irá ajudar a gestão do entorno da Ilha Anchieta, mas que, ao seu ver, peca na medida que é feito de forma açodada, sem audiências públicas e da participação da sociedade, em especial dos parceiros da conservação, em especial, das comunidades tradicionais, os pescadores. Com o propósito de atingir o objetivo de criação do Parque, solicitou que se leve adiante também a implementação da APA como um todo, estabelecendo um calendário de debates, audiências públicas, de forma que venha a funcionar dentro da estratégia e das ações criadas para as UCs. Antes de anunciar a etapa de manifestação dos representantes da sociedade civil, o **Secretário-Executivo** agradeceu a presença da conselheira Syllis Bezerra que acabara de entrar na reunião virtual. Na sequência passou-se a leitura da manifestação escrita encaminhada por **José Truda Palazzo Junior**, representante do Instituto Baleia Jubarte, do município de Caravelas, Bahia: *“Através da presidente do Instituto Baleia Jubarte, representando adicionalmente o Instituto Augusto Carneiro, Kathia Vasconcelos, presidente; Divers for Sharks -*



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

*mergulhadores pela conservação dos tubarões, Paulo Guilherme Alves Cavalcanti, cofundador; Instituto Brasileiro de Conservação da Natureza, Nalu Beatriz Machado, presidente; vem expressar seu integral apoio a criação do Parque Estadual Marinho da Tartaruga-de-pente, áreas marinhas protegidas são comprovadamente o melhor instrumento de gestão do patrimônio natural marinho e a existência de Áreas de Proteção Integral é essencial para que se preserve os serviços ecossistêmicos advindos do ambiente marinho preservado, tanta ecoturismo e a pesquisa no interior do novo parque, como a pesca e outros usos da biodiversidade fora dele se beneficiaram diretamente dessa proteção, encarecemos ao senhor Governador João Dória urgente decretação de mais esta área marinha protegida para benefício do Estado de São Paulo e de todo o Brasil”.*

**Santiago Bernardes**, da Associação de Amigos e Remadores da Canoa Caiçara - AARCCA, de Ubatuba apresentou-se como caiçara, biólogo e escritor, além de membro do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra/ Paraty/ Ubatuba e da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras. Concordou com as manifestações dos deputados que lhe antecederam a fala e acrescentou os seguintes pontos: (i) considerou como inadequada a consulta pública à população tradicional, principalmente, por ter ocorrido em ambiente virtual, pois em que pese os esforços empreendidos em sua realização, esse ambiente não é de fato adequado por não ter o alcance necessário, principalmente entre os pescadores. Observou, por outro lado, que a própria FF já faz reuniões presenciais, seguindo os protocolos necessários; (ii) relatou ter sentido falta, ao longo das reuniões, da própria minuta de resolução/decreto, a exemplo do que foi feito nas reuniões do Plano de Manejo da APA Marinha que também lamentou, não ter sido seu processo concluído pela edição do respectivo decreto. Sendo assim, afirmou que a FF não pode garantir algo que, existe em tese, mas ainda não foi decretado, portanto, sem haver segurança jurídica, institucional ou no território; (iii) afirmou que nem o Fórum e nem a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais foram ouvidas. Afirmou que foram realizadas 14 reuniões com o setor de turismo e apenas três com as comunidades; (iv) a comunidade tradicional não conseguiu se apropriar do conteúdo do relatório técnico devido a sua linguagem, extensão e o tempo reduzido para análise; (v) a audiência pública não supre a necessidade do território que é caiçara tradicional, desde a própria Ilha se chamar Anchieta, quando lá viviam mais de 100 famílias caiçaras que foram desapropriadas a cerca de um século para construção do presídio; (vi) levantou a questão de possível sobreposição de unidades de conservação em razão do PM da APA Marinha constar a proposta de uma ZPGBio, embora não esse PM não tenha sido concluído, ou seja, Decretado; (vii) desse PM deveria não constar condicionante sobre a Zona de Amortecimento, uma vez que, o SNUC prevê essa zona apenas para Unidades de Proteção Integral. Considerou esse fato como sendo outra falta de garantia concreta para o território pois a zona de amortecimento poderá se estender até a Enseada onde os caiçaras instalam seus cercos flutuantes e fica a própria comunidade da Enseada, que não foi consultada. Reiterou a necessidade de algo mais concreto para essa comunidade; (viii) o próprio relatório técnico aponta a deficiência na proteção da área estabelecida, sendo assim, essa fiscalização tem que ser melhorada. Por derradeiro, esclareceu que as instituições que representa e atua, não são contrárias a conservação, uma vez que, os estudos científicos apontam que, 95%, da Mata Atlântica do estado de São Paulo, por exemplo, foi destruído pelo modo urbano e industrial de vida e, os 5% remanescentes, correspondem as áreas das comunidades tradicionais. Afirmou, portanto, haver uma inversão de valores, de perspectiva, de discurso e de narrativa sobre a questão. **Chico Almada**, da Associação dos Moradores da Almada – AMA, do Município de Ubatuba declarou que seguia a colocação dos amigos que lhe antecederam sobre a necessidade de a FF incluir as discussões sobre o território que, no seu entendimento, está toda “embaralhada” para as comunidades tradicionais e pescadores, em razão do extenso conteúdo do relatório de 600 páginas, que ele mesmo só conseguiu ler as primeiras 20 páginas, pelo grau de dificuldade de entender o documento. Afirmou que esse documento aborda somente de conservação, mas o povo está sendo oprimido pela fiscalização e a pesca está terminando, sendo necessário que isso também seja considerado. Solicitou que seja dada a devida



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

importância a esse grupo, assim como ocorreu no Plano de Manejo da APA Marinha que hoje encontra-se paralisado. Solicitou que, primeiramente, se discuta o Plano de Manejo. Observou, outrossim, que algumas das propostas, tal qual, o emprego de cerco flutuante, foram retiradas da discussão, embora esse método possa existir concomitantemente com o roteiro turístico de base comunitária, que é muito lindo. Observou, ainda que, a pesquisa também pode trabalhar com a maricultura de pequeno porte. Rechaçou a possibilidade de os moradores serem retirados de seus territórios de origem e defendeu que todos devam trabalhar juntos por meio da gestão participativa.

**Jerri Eduardo Morais**, da Colônia de Pescadores Z10 “Ministro Fernando Costa” afirmou que, hoje em dia, são vistos muitos pedidos de área de preservação e, sendo assim, afirmou que o litoral já tem áreas proibidas demais para pesca e, mesmo assim, os pescadores, vão aprendendo a respeitar esses espaços. Solicitou aos àqueles que estão acompanhando o projeto, que estão fazendo faculdade, que olhem um pouquinho para o lado da comunidade pesqueira, comunidade tradicional que precisa desses espaços para se locomover, fazer o turismo de base comunitária, a pesca. Relatou que a passagem da areia para o saco da Ribeira e, vice-versa, está complicado, nesse momento, porque, embora tenham trabalhado 12-13 anos, praticamente, com a criação da APA Marinha, o plano de manejo ainda não foi implantado, mesmo após tantos anos de luta e reuniões. Relatou ter começado quando 450 homens e mulheres invadiram a Ilha Anchieta, com 60 embarcações e “nós” tomamos aquele espaço, porque aquilo, independentemente de ser uma área de preservação ambiental, um parque, é um território nosso. Afirmou não saber, há quantos anos, não vai à Ilha Anchieta e afirmou que nem sente vontade de ir, porque hoje tudo é proibido. Disse estar preocupado com o jeito que o parque está sendo implantado. Relatou que a própria Priscila e o Rodrigo estiveram na colônia para conversar e, nesse momento, ainda não tinha se atentado para muitas coisas. Somente mais tarde é que percebeu, com preocupação, o que estavam perdendo. Reiterou que a preocupação é grande: hoje se fala que não vai ser punido e que para a gente vai estar liberado, mas disse que a sua fala era a de quase todo o povo que estava. Afirmou que todo mundo que vai falar hoje a favor ou contra a criação do parque, vão explicar os motivos sendo que a preocupação maior é que o caiçara perdeu e está perdendo seus espaços, a pesca vai perdendo seus espaços. Portanto, a preocupação nesse momento, é de não a criação do parque. Solicitou às universidades, que fizeram esses estudos, prestassem um pouquinho mais de atenção à comunidade pesqueira e ao pessoal que dependem desse espaço. Afirmou que não eram contrários as áreas de preservação, que são bem feitas, mas nesse momento, ele era um dos que são contrários criação do parque do jeito que está sendo colocado.

**Ana Flávia Sallai**, da Associação de Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Picinguaba - ABPTP, do Município de Ubatuba, apresentou-se como sendo comunitária na Praia do Peres, pescadora, liderança da pesca Litoral Norte, militante do Fórum de Comunidades Tradicionais e, coordenadora de pesca, apresentou as seguintes questões: em primeiro questionou o cadastramento para que os pescadores pudessem participar dessa audiência pública. Afirmou que muitos quebraram muito a cabeça e não conseguiram participar e, de nada adianta um tutorial se vocês não entendem o momento da comunidade, a falta de celulares, a falta de equipamentos, comunidades isoladas, falta de energia elétrica como é o caso da sua comunidade. Disse que estava em outro lugar para poder fazer essa reunião. Uma outra questão é a falta de consulta pública com muitas comunidades de Norte a Sul de Ubatuba que ainda não foram feitas, mesmo que se fale que vai ter outros momentos, deviam ser feitos antes da audiência, para que eles tivessem a chance de estar aqui como a gente. Outra questão é que a Fundação Florestal fere a Convenção 169, uma vez que o processo é atropelado e muitas comunidades tradicionais, comunidades pesqueiras, não estão aqui participando dessa audiência. Essa audiência não deveria estar acontecendo sem a participação dos pescadores e pescadores artesanais, comunidades tradicionais que deveriam estar nesse espaço conversando e podendo ter o poder de voz e de fala. Outra questão é a ausência de minuta de resolução do decreto. Lembrou que trabalhou muito, arduamente, durante anos, com todas as nossas comunidades pesqueiras, empoderando, fazendo participação dessas tomadas de decisões para permanecer nos



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

nossos territórios. Então é um pouco contraditório a Fundação Florestal, é desrespeitoso com as comunidades tradicionais não dar continuidade a um processo e já aparecer com outro, atropelado o processo. Então dá um nó na cabeça das comunidades, a gente tem o nosso tempo, o nosso momento, então a gente está se sentindo desrespeitado e violado nossos direitos pelas legislações, tanto pelo Decreto 6.040, que é a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, como a OIT 169. Outra questão também é o relatório de 400 páginas para uma audiência em tão pouco tempo, começou em junho com tanta pressa, que a gente não sabe porque tanta pressa, de querer fazer esse parque, mas o relatório enorme, científico, com uma linguagem totalmente acadêmica, muitos de nós não temos nem ensino formal, então é muito difícil se apropriar para essa audiência. Outra coisa é visar só o socioeconômico, a gente não está vendo onde esse Parque pode fortalecer as comunidades tradicionais; a gente está vendo uma questão de lazer, que é muito diferente de cultura passada de geração para geração, de pai para filho. Então vão ter quartos, dormitórios, restaurantes, então, praticamente para gente é como se fosse um hotel, o turismo de fora, de luxo, vem aqui, dorme e vai embora e, a comunidade não é fortalecida. A apropriação do TBC, e do fortalecimento das comunidades tradicionais é totalmente diferente do que está sendo proposto. Não é vender um peixe dentro do restaurante comprado pelas comunidades, atravessando e ganhando o dobro em cima do nosso pescado. O turismo de base comunitária, o protagonismo é da comunidade tradicional, feita dentro da comunidade, através das suas danças, das suas manifestações culturais, do seu artesanato, do seu jogo, da sua pesca e todas as bandeiras de luta a comunidade exerce. Outra questão, é que cada vez as comunidades tradicionais são excluídas, como se a gente fosse o desmatador, mas, o que acaba com o meio ambiente, é totalmente o contrário: a gente tem exploração do petróleo, falta de saneamento básico, a gente tem poluição, a gente tem vários fatores, mas a conta sempre vem para lá, o mais fraco: os pescadores e pescadoras artesanais de todo o litoral brasileiro. Afirmou que eles não podem aceitar magnatas que constroem casas a beira da costeira, magnatas fazem tudo e a gente paga a conta. Isso está errado, somos os povos originários da terra e merecemos respeito. Outra questão também que eu quero colocar aqui é a questão de garantias, a gente não tem garantia nenhuma, é um cheque em branco que nos passaram com a questão da zona de amortecimento, vão pegar uma proposta que está no Plano de Manejo, sem finalizar o Plano de Manejo e passar para um Parque que estão querendo criar, tipo em dois meses está pronto. Outra questão importante relaciona-se ao CONSEMA, a gente tem que pedir a fala para uma outra pessoa para ter que falar numa instância que a gente deveria ter voz, então para a gente isso não é viável. Outra questão também é a inversão de valores, a gente não pode aceitar mais essa forma desse ambiental conservador vendendo nossas terras para o que as pessoas de fora, para os Estados Unidos, para China e para todos os lugares. Esse território é nosso, a gente é dono desse território, a gente tem que disputar uma coisa que já é nossa, isso não dá mais para gente aguentar, a gente não aceita mais unidades que não tem valor social, cultural, isso afeta o nosso psicológico, afeta o nosso modo de vida, afeta a nossa forma de viver, a gente não pode aceitar. Quando chegar o ordenamento, as chatinhas que fazem viagem para Ilha Anchieta vão estar nessas fotos, vão ter cotas de Norte a Sul, então assim só para terminar, é importante dizer que as lideranças da pesca artesanal, toda a comunidade pesqueira de Ubatuba está contra a criação do Parque, por várias violações que foram feitas pela Fundação Florestal, por não terminar o Plano de Manejo, por faltar com respeito as comunidades tradicionais de todo o litoral de Ubatuba. **Fabrcio Gandini Caldeira**, do Instituto Maramar endoçou os aspectos anteriormente apontados por Jerri, Chico, Santiago e Ana Flávia e acrescentou outros mais. Em primeiro, disse que no processo de consolidação das leis federais brasileiras, a Portaria SUDEPE nº 56 de 1983 que impedia a pesca no entorno da Ilha Anchieta, caiu. Desses anos para cá, a possibilidade de pescar na área gerou a conservação desses ambientes, então que academia e os pesquisadores usem desse ambiente para monitorar e permitir a construção de mecanismos de gestão, participação e manejos de pesca, no âmbito do colegiado das APAs Marinhas. Ou seja, o estado de São Paulo construiu a sua política em mar, com conservação integral,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

até o ano de 2008 e, por mais que isso não seja voluntário, a Fundação, pelo menos, está tentando fazer uma reparação histórica das APAs Marinhas. O Instituto Maramar colabora nas APAs Sul, Centro e Norte, mas relatou não tem sido fácil o diálogo da construção para o uso sustentável do mar. No entanto, é este colegiado que confere a real possibilidade de conservar, além daquilo que foi exposto pelos colegas e tem respaldo no campo do direito. Na sua opinião, a FF não tinha o direito, a priori, de jogar fora todo o processo coletivo e dizer que os colegiados das APAs Marinhas, através dos procedimentos que a gente está criando, está construindo, os mecanismos de acordo de pesca que a gente luta tanto, a Lei Estadual da pesca em São Paulo, há 18 anos, não foi instituída, com os seus mecanismos que irão sim, também salvaguardar a gestão pesqueira, a conservação da biodiversidade com pesca. Afirmou que não há só produção de peixe aonde a área está fechada com cerca e polícia, tem conservação pesqueira e manguezais utilizados por pescadores artesanais, pelas comunidades residentes, tem produção de serviços ecossistêmicos e produção de peixe, de criação de animais, onde tem gente trabalhando com pesca manejada, com pesca gerenciada, com pesca responsável. Dito isso, dirigindo-se aos professores da USP que, em dezenas assinam o documento do relatório técnico (p. 490 e 491), os objetivos deste estudo garantiu que não se trata de pescaria descontrolada, desregada, pois, ninguém quer isso, mas, todo mundo quer organizar o sistema. Desse modo apelou para que a FF suspenda o processo de criação do Parque e garanta os pressupostos descritos nos relatórios técnicos que são valiosos, não somente para essa área dita protegida, mas para todo o mar e oceano que da Zona Costeira do estado de São Paulo. Registrou, portanto, seu apoio a esses usuários todos das águas e da oportunidade dos professores se unirem com os usuários, com as organizações e com a Fundação Florestal valorizando esse relatório. Ao de Parque, defendeu a manutenção do processo para salvaguardar justamente o que se quer, mas não com cerca e polícia, por que esse procedimento afasta demais as pessoas e os trabalhadores do turismo, gera muita inimizade e, isso, com certeza, a médio, curto e longo prazo não gera conservação da socio biodiversidade. **José Augusto Bartelega Cembranelli**, da ATNI-Associação de Turismo Náutico do Itaguá, no município de Ubatuba afirmou tratar-se de processo de criação de regramento de Parques e Áreas de Proteção Ambiental, muito válido e importante para se deixar de lado a parte que se diz respeito aos pescadores tradicionais. Disse que ele, com 54 anos de idade e 35 de pesca também atuava no turismo náutico e considerava de grande importância todo esse processo que tem o objetivo de melhorar o âmbito estadual e, até nacional, tanto do turismo que é uma das partes fundamentais do município, que hoje, já não se vê mais atendido pela pesca. Lembrou que Ubatuba, há algum tempo, era considerada a segunda cidade do Estado de São Paulo em produção de pescados, mas a pesca vem, realmente, sofrendo uma derrota de todas as formas e, por isso, há a migração, tanto do pescador para o turismo, quanto de outras pessoas que depende diretamente ou indiretamente da pesca, devido à falta de pescados, de modo geral. Então, afirmou acreditar que essa implantação pode vir a favorecer todo município, no entanto, deixou bem claro que tudo isso tem que ser de forma comunitária, onde todos possam participar. A sugestão que foi dada logo no início pelo deputado, uma audiência pública presencial é fundamental, porque nem todo mundo tem o acesso à internet nesse momento. Como presidente da Associação do Turismo Náutico, de Itaguá colocou-se à disposição para colaborar, da melhor forma possível, tanto para o setor pesqueiro, quanto para o setor do turismo náutico ou de turismo de forma geral. Afirmou ser a Ilha Anchieta um lugar lindo, maravilhoso, todo mundo sabe que tem que ser preservado, não lá como outros lugares, mas que seja de uma maneira que todos possam participar e serem beneficiados, igualmente. Externou acreditar que, dessa forma, almejava um futuro fantástico para o município. Em relação a pesca, disse saber da atual defasagem do polo industrial pesqueiro, em relação a outros Estados, tais como, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Enquanto um lado recebe apoio e incentivo financeiro Federal, parece que o Estado de São Paulo anda no caminho contrário em relação a pesca. Afirmou que não é o pescador artesanal o causador e o destruidor da fauna marinha, e acredita que existem outras maneiras de se avaliar esse meio sustentável dos pescadores tradicionais para que eles possam viver, manter a sua



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

cultura, a sua tradição, dentro desse parâmetro que está sendo colocado em relação ao que se vê pelo futuro. Espera que a APA Marinha conclua o plano de manejo, que está realmente parado, para então abrir uma nova discussão em relação essa suposta criação desse parque, que no seu ponto de vista é bom, mas tem que tomar muito cuidado para que seja feito para que todos sejam beneficiados. Não podem haver vantagens para uns e desvantagem para outros, independente, se são moradores da cidade, de Ubatuba, ou da beira de praia e da comunidade tradicional. Caso isso venha a acontecer, que a população de Ubatuba ajude a instituir as regras e que se tenha sucesso na criação desse Parque Marinho, se vier a acontecer. **Lucas de Castro Navarro**, da Associação dos Maricultores do Estado de São Paulo, município de Ubatuba, morador de Ilha, frequentador da Ilha Anchieta e nascido em Ubatuba, manifestou insatisfação pela forma que o projeto foi divulgado, agradeceu e disse compartilhava com os relatos apresentados por aqueles que lhe antecederam a palavra, Santiago, Chico, Ana e Fabrício. Reiterou os pontos colocados pela Ana, ligados a questão do turismo e lazer, que serão as atividades mais beneficiadas pelo projeto. Disse terem sido muito mencionados os termos, turismo ecológico e turismo sustentável, embora seja muito delicado falar sobre isso, por ser justamente o turismo ecológico é que leva o turista aos pontos mais sensíveis e questionou qual seria o turismo ecológico que tem nisso. Afirmou que o Parque foi criado justamente para incentivar a maricultura, conforme prevê o artigo 1º, do Decreto de 1977. Atualmente, porém, a prática da maricultura não é permitida, como também não é a prática do cerco. Recordou-se da época em que existia o cerco na Praia do Sul, dentre outros cercos, dos quais conhecia os pescadores. Declarou, enfim, que achava realmente deselegante que se crie naquele momento o Parque Marinho, dentro de todos esses processos que a gente vem vivenciando e vem lutando para conseguir acompanhar tudo, porque é uma demanda muito grande e não tem como acompanhar tudo. Relatou a falta de rede de internet disponível, sendo necessário o uso de pacote de dados que, muitas vezes, não suportam reuniões muito longas. Colocou-se a favor da criação de um Parque Marinho, mas em primeiramente, da conclusão do plano de manejo, por que é isso que falta para o território, ou seja, saber o que pode ser feito, dentre outras coisas. Quanto a maricultura mencionou a dificuldade existente, por exemplo, de acesso a bancos de sementes, porque estão morrendo, porque não ter saneamento básico, a poluição está matando os bancos, embora a área tenha um grande potencial para tê-los e distribuí-las para os produtores artesanais. Relatou que as algas, por exemplo, são biorremediadoras de águas contaminadas. Com essa proposta é que está a invasão de embarcações náuticas, principalmente de lanchas, as que soltam mais óleos e poluem. Por outro lado, não existe a maricultura para promover isso, ou o produtor de sementes para distribuir, pesquisas para se poder avançar como ocorre, por exemplo, em Santa Catarina. poder avançar, porque a gente está muito atrás por exemplo, de Santa Catarina, a nossa região é a que tem o maior potencial para maricultura no estado. Passou-se a leitura das manifestações encaminhadas por escrito. **Mara Ester Marchetti de Souza**, sociedade civil de Ubatuba, escreveu: *“Houve ampla divulgação da audiência pública no saco da Ribeira? Foram colocadas faixas avisando a população? Qual a necessidade de se criar um Parque Estadual Marinho no entorno de um Parque Estadual que está inserido numa APA Marinha Estadual? De qual órgão será a competência para reger? Foi solicitado o parecer formal do conselho gestor da APA Marinha?”* **Edson Leopoldo dos Santos**, da AARCCA - Associação dos Amigos e Remadores da Canoa Caiçara encaminhou a seguinte mensagem: *“Edson Leopoldo, presidente da Associação dos Amigos e Remadores da Canoa Caiçara, nós da AARCCA participamos das reuniões setoriais e nosso posicionamento é contrário à criação do Parque Marinho da forma como está sendo feita, nossos questionamentos são: 1. Urgência da criação, o que atrela a falta de tempo hábil para apropriação do conteúdo do relatório técnico. 2. Apoiamos o processo de construção coletiva do plano de manejo da APA e sugerimos que a sua aprovação seja feita para posterior criação do parque, ou seja, a criação do parque apenas após aprovação do plano, inclusive no que diz respeito a zona de amortecimento, atrelamos nosso favorecimento à criação do parque com designação de uma área dentro do polígono, que se tornará estadual, para*



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

*pesca de cerco, como forma de reparar equívocos históricos da instituição ao desalojar o pescador Joel, da Praia do Sul, bem como instaurar unidades de conservação sem levar em conta as populações tradicionais ali residentes. Respeitosamente, Edson Leopoldo dos Santos”.* Passou-se a etapa na qual os cidadãos ou cidadãos se manifestam em nome próprio nome. **Tito Lotufo**, professor do Instituto Oceanográfico informou ter participado do projeto e declarou-se solidário à demanda formulada pelas comunidades de pescadores, por mais tempo para avaliar e discutir o documento, de forma que a comunidade se aproprie dessas questões. Reforçou o coro também pela aprovação do Plano de Manejo da APA Marinha do Litoral Norte que é uma questão fundamental que foi interrompida, por entender que é um instrumento importante e que cabe na gestão de toda a área do Litoral Norte do Estado de São Paulo. Completou que o próprio Parque Estadual da Ilha Anchieta poderá, de forma sinérgica, com uso de instrumentos adequados e, em parceria com as comunidades, atuar em prol da conservação dos recursos naturais. Afirmou ser oportuno ouvir e receber um pouco da contribuição da comunidade. Disse que também falava em nome do Projeto Coral Vivo, que também apoia a iniciativa, que é uma forma inteligente e importante para que a gente possa conservar e preservar esse patrimônio natural que vem sendo continuamente degradado pelas ações humanas. Colocou a base do Instituto Oceanográfico da Praia do Lamberto a disposição para ajudar a ouvir e discutir as demandas da comunidade, formação de guias e todo tipo de apoio que se possa dar para o treinamento do “Reef Check”, que também é feito no Sul da Bahia, onde o Projeto Coral Vivo é mais atuante. **Aline Ishikawa** afirmou que queria, respeitosamente, solicitar aos envolvidos na criação do Parque Marinho que entendam e percebam que o Parque não está sendo criado em comum acordo com as Comunidades Caiçaras e de pescadores de Ubatuba, tendo em vista as falas anteriores de manifestação contra a tal criação. Ressaltou como sendo prioritário o saneamento básico, não disponível na cidade e solicitou que sejam consultados e ouvidos aqueles que vivem nesse meio ambiente e têm a prática, que se sobrepõe a teoria. **Julia Teixeira Martins** queixou-se da forma de divulgação sobre a criação do Parque Marinho. Informou que trabalha no projeto de educação ambiental PEIA, junto às comunidades existentes desde a divisa de Caraguatatuba até Paraty (do Lázaro até a Barra Seca), que serão as mais afetadas com a criação desse Parque. Alegou que os mais prejudicados não sabem direito do que se trata razão pela qual estão vendo a criação como um ponto negativo. Assim como foi anteriormente exposto, são os pescadores, sua avó, irmãos, tios e amigos é que melhor conhecem a realidade local. **Maurício Moromizato**, do município de Ubatuba, ele informa aqui, *problema, celeridade do processo, precisa de audiência pública local presencial, já é possível fazer isso, só pesca perde de área sem nenhuma compensação aos pescadores. Ainda não foi aprovado o plano de manejo da APA Marinha que se sobrepõe ao pretense parque. O projeto não dispõe de área de amortecimento que certamente afetará áreas pesqueiras. O nome do parque é uma ofensa aos pescadores e a Ubatuba e se constitui uma homenagem desnecessária, imprópria e infeliz ao projeto Tamar. Propostas: Audiência pública presencial em Ubatuba; Suspensão do projeto até se construir a vala dos pescadores e comunidades tradicionais e até se publicar plano de manejo da APA Marinha; mencionar explicitamente no projeto que não haverá área de amortecimento; mudar o nome do parque homenageando comunidades tradicionais, como por exemplo, levar o nome do Caiçara que teve seu cerco removido por conta do PEIA; a pesca e os pescadores fazem parte da solução dos problemas socioambientais, o problema está na especulação imobiliária, nos interesses econômicos que envolvem a questão e aparece subliminarmente ou ocultos dentro do processo; só os pescadores e comunidades tradicionais perdem e vem perdendo a décadas, poucos ganham muitos, invasores na grande maioria na qual me incluo, não tem sua vida cotidiana afetada em nada com a criação ou não desse parque. O desafio é tornar esse processo no jogo de ganha-ganha e da maneira que está o jogo só tem perdedores.* **Geraldo de França Ottoni Neto**, morador de Ubatuba que trabalha no ICMBIO e responsável pelas Unidades de Conservação Federais declarou ser favorável à criação da unidade de conservação em tela, embora reconheça que os pescadores ainda têm dúvidas que devem ser esclarecidas. Afirmou que a pesca já é proibida na



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

área do futuro Parque e não será ampliada, ou seja, os pescadores não terão nenhuma perda diária e irão gerir a área, contando com a proteção especial pela Fundação. Asseverou que o Parque da Ilha Anchieta é um exemplo de boa gestão de unidade de conservação, no entanto, mesmo benéfica, alertou que a tendência das pessoas é não aceitarem a criação do Parque, enquanto não entendem o que está acontecendo, o que vai acontecer com elas, com as áreas pesqueiras e tudo mais. Frisou que a UC de Conservação de Proteção Integral é super benéfica também para a biodiversidade e a atividade de pesca no entorno da UC, conforme é demonstrado em vários trabalhos científicos desenvolvidos em todo o mundo. Afirmou que não adianta abrir a pesca dentro da UC, pois, em pouco tempo, os peixes também acabam porque precisam das Unidades de Proteção Integral para a reprodução. Ressaltou que a única área em que a pesca não é permitida em Ubatuba é no entorno da Ilha Anchieta e a criação do Parque, não irá alterar a visitação à Ilha Anchieta, mas dará mais força à gestão da área marinha do entorno. Afirmou que tanto o ICMBIO, quanto ele próprio que mora em Ubatuba, são favoráveis a criação do Parque Nacional, pelos benefícios que trará para a UC.

**Sigismundo Bialoskorski Neto**, “Sig”, relatou que mora em um veleiro, no saco da Ribeira e trabalhou vários anos na área de extensão pesqueira na SUDEPE, em todo o litoral norte, inclusive na Ilha Anchieta, há alguns anos. Declarou apoiar a criação do Parque por considerá-lo de fundamental importância para proteção das espécies marinhas e parabenizou o Estado pela belíssima iniciativa e pelo ótimo relatório desenvolvido pelos técnicos. Afirmou que a discussão de que essa iniciativa possa, talvez, vir a prejudicar a pesca no entorno, além de equivocada, não é verdadeira. Reforçou que, na realidade, a pesca está proibida naquele entorno e, o que esse parque deve proteger são as áreas nas quais os peixes se reproduzem, crescem e formam os estoques, tornando a pesca fora do parque mais rentável, protegendo do turismo predatório, das grandes lanchas e do elevado trânsito de barcos na região, enfim, promove a ordenação da ocupação do parque. Acreditava que os pescadores artesanais serão os mais beneficiados com esse projeto, uma vez que, o nível dos estoques de peixes e da possibilidade de pesca aumentam muito. Acha também que o processo não é célere, mas as audiências públicas propiciam uma ótima discussão que deve continuar de forma a fornecer o detalhamento do excelente relatório e de forma a promover a construção coletiva da proposta com participação das comunidades Caiçaras, dos pescadores artesanais e todos os interessados em proteger a Ilha Anchieta e seu entorno do turismo exploratório e impactos ambientais decorrentes das inúmeras embarcações. Reiterou a importância das discussões e da ideia de acrescer a elas, a própria ideia do plano de manejo da APA, em uma construção a várias mãos, com todas as comunidades. Declarou apoiar fortemente a ideia de criação do Parque e parabenizou o Estado por essa iniciativa.

**Wagner Vargas Legnine**, do município de Caraguatatuba, informou que atua no Conselho da APA Litoral Norte e é diretor da Associação Paulista de Pesca Submarina. Considerando que qualquer tipo de pesca, extração ou atividade já é proibida na área, disse que não via necessidade nenhuma de onerar mais ainda o Estado com mais um parque e defendeu que o dinheiro envolvido nessa criação seja destinado a melhoria de vida das muitas comunidades pesqueiras da região e não para fazer desse suposto parque que já está dentro de uma área da APA, que é uma área de proteção. Disse que nem se deveria pensar em parque sem antes concretizar o plano de manejo e, muito embora não seja contrário ao parque deve-se ter muito cuidado por considerar o momento adequado para tal. Reiterou que esse parque está fora de qualquer cogitação, sendo necessário, primeiro, resolver o problema da APA, conversar muito com as comunidades para conhecer seus problemas e como as atividades na área de amortecimento serão afetadas.

**Robson Roberto Alves**, do município de Ubatuba, encaminhou a seguinte manifestação escrita: “*Por trabalhar com turismo, em especial com passeios Náuticos, minha dúvida em relação à gestão desses passeios, liberações e acesso aos atrativos naturais, tendo em vista a regulamentação da unidade de preservação.*”

**Kenner Neiva**, do município de Ilabela disse que faria coro às manifestações daqueles que lhe antecederam, no sentido de que, a criação de reservas traz poucos benefícios para a comunidade, em geral, inclusive de pescadores e, nesse sentido, citou o exemplo,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Alcatraz onde, segundo ela, embora o valor gasto por visitante seja significativo, a comunidade em geral e a dos pescadores, não são beneficiadas com tais recursos. Embora não tenha estudado o documento por completo relatou ter constatado a ausência da caracterização do estoque de pesca é básico quando se fala em preservação e a criação de um plano de pesca. Acentuou a importância e a necessidade de conhecer quais são os estoques pesqueiros brasileiros, principalmente na criação de reservas. **Luciana Calvo Dorta**, do município de Ubatuba e integrante da Associação dos Amigos Remadores de Canal Caiçara demonstrou apoio às manifestações dos Santi, Chico e Ana Flávia, que lhe antecederam, referindo-se a postura adotada de que, primeiro vamos aprovar o plano de manejo, que é uma construção coletiva, senão todo esse trabalho, toda essa participação, todo isso vai cair em descrédito. Solicitou registro da manifestação que Santi escreveu no site, sendo ela: *“há ainda um ônus no PEIA, que nunca foi resolvido, no mesmo ano que criaram o polígono de pesca, em 1983, introduziram 15 espécies de animais exóticos na ilha que comeram vegetação e ninhos de aves que, inclusive, interagem com o ambiente marinho e estoques pesqueiros.* Reportando-se a apresentação quando falam dos objetivos do desenvolvimento sustentável e da década dos oceanos, disse que gostaria de plantar a seguinte semente: *“já que é a década dos oceanos, a gente tinha que pensar também em primeiro lugar, na minha opinião, no saneamento básico, porque a gente não tem saneamento aqui em Ubatuba e aí todo esse esgoto vai para o rio, que vai para o Mar”*. Sendo assim, defendeu que os projetos de saneamento devem ser priorizados, a despeito de não ser contra a criação do Parque Marinho. **Felipe Garcia dos Santos**, do município de Ilhabela, em primeiro, afirmou que reforçaria as manifestações daqueles que são das Comunidades tradicionais, dentre os quais citou: Santiago, Jerri e Ana Flávia, e disse que muitos pescadores queriam estar participando hoje dessa reunião, mas não conseguiram. Afirmou também que é necessário terminar de discutir o plano de manejo da APA, porque é muita informação para a galera da pesca, que fica perdido. Ao seu ver, parece que o pessoal faz questão de marginalizar o pescador, porque começam a inventar lei e a Fundação Florestal querendo falar pelos pescadores em algumas reuniões e isso não pode, porque eles têm seus representantes e precisam de tempo para entender o que está em discussão. Afirmou que o pessoal de Ubatuba, os munícipes e as comunidades tradicionais precisam ser considerados e informados e ter o direito de entender as discussões. Defendeu que seja, em primeiro, terminado o Plano de Manejo da APA Marinha, que já é complexo. Reiterou que as comunidades tradicionais de pescadores precisam ser respeitadas e ouvidas. **Tatiana Duarte do Monte Lima Lourival**, de Paraty, no Rio de Janeiro informou que prestava assessoria jurídica ao Fórum de Comunidades Tradicionais e que gostaria de deixar um registro sobre o que está significando esse processo para o Fórum de Comunidades Tradicionais daqui da região. Relatou que o Fórum recebeu, com bastante surpresa e preocupação, esse projeto de uma nova unidade de conservação de Proteção Integral, sobretudo, pela forma com que o projeto vem sendo conduzido, com inconsistência de dados, ausência de estudos técnicos sociais, culturais e econômicos, apressadamente, desconsiderando a presença dos povos e comunidades tradicionais da região em total desrespeito às normas que protegem essas populações. Além disso, temos alguns outros pontos. O Santi já trouxe, muito bem colocado, a forma inadequada dessa audiência pública, ela realmente não abrange todas as comunidades e a gente quer ressaltar que ela, além de não abranger, dela ser inadequada e não atender as comunidades tradicionais da região, ela não substitui a consulta livre, prévia e informada prevista na convenção 169. O governo ele tem obrigação de consultar as comunidades tradicionais sobre qualquer medida legislativa ou administrativa que afetem diretamente ou indiretamente esses povos, que tem direito garantido ao território cultural necessário ao exercício e desenvolvimento de seus conhecimentos e cultura. É necessário avaliar adequadamente a relação entre o direito ambiental e as comunidades tradicionais que, pelo modo de vida que ainda levam e apresentam, tem uma relação muito melhor com o meio ambiente, mais harmônica e equilibrada do que boa parte das pessoas responsáveis por definir o rumo das políticas governamentais que definirão o destino de suas vidas. Não pode direito ambiental ou ações como esta, de criar um Parque Marinho sobre territórios



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

de comunidades tradicionais, em desrespeito à legislação vigente, ocorrer aos olhos de todos, servindo de instrumento para enfraquecimento das populações, expulsão desses povos desses locais privilegiados, seus locais de origem ancestrais, para que ali se instalem futuramente resorts de condomínios de luxo que edificam áreas imensas desviam cursos das águas, por exemplo, não se pode fechar os olhos para o agravamento das tensões sociais e acirramento das desigualdades que vem sendo causadas por uma política elitista de criação de unidades de conservação. Reputamos, portanto, a continuidade desse processo em total desrespeito as diversas normas que protegem os pescadores artesanais e comunidades tradicionais, condenando esses povos a invisibilidade e morte de seus modos de vida, reiteramos aqui, por fim, nossa disposição para o diálogo na construção de uma proposta com vista a Proteção Ambiental e cultural brasileira. **Denise Barros de Castro**, bióloga, do município de Ubatuba saudou os meus colegas biólogos e disse que muito mais que uma questão de conservação e preservação percebe que a criação desse parque, tem uma questão política envolvida, questão financeira que foi exposta por ocasião de uma determinada reunião da Associação de Turismo Náutico de Ubatuba. Afirmou a não concordância com a criação desse Parque, neste momento, mediante as dúvidas que toda a população ainda tem sobre ele. Afirmou que estão voltando o foco como se essa unidade de conservação fosse uma solução para um problema que vai muito além de um problema simples de preservar. Seria necessário, a partir do Estado, que se focasse na balneabilidade do município, no saneamento básico. Não é dando recursos financeiros, materiais e tudo mais, como se isso fosse a solução de alguma coisa e desviando o foco daquilo que realmente importa. Passou a palavra para seu marido, **Saulo Ramos Nogueira Júnior** que relatou que é nascido e criado em Ubatuba, na ilha Comprida, ao lado da ilha das Couves que passou sua visão como pescador, cidadão ubatubense e empresário no ramo de turismo Náutico. Da mesma forma como disse maricultor Lucas, o grande problema realmente é o saneamento básico, o lançamento de todo o esgoto nos rios, que são levados ao mar, contaminando os bancos de sementes. Afirmou saber que os rios são estuários, ou seja, são berços de criação de siris, peixinhos e ali sim, deveria ser o grande foco do nosso meio ambiente. Acredita que a ilha Anchieta não tenha tanto peso para ser criado um parque Marinho, em cima de um lugar que já é parque. Então a gente vê isso como segundas intenções, já na área política e vão querer angariar mais recurso com o Parque Marinho para eles terem mais dinheiro para ficar mexendo lá entre eles. Em relação à comunidade aqui que está em volta nada é visto como algo que vai nos favorecer em relação a todo esse projeto. **Rosana Maria de Abreu**, caiçara, da região da Praia do Félix, Ubatuba disse que é moradora da praia do Lázaro e de família tradicional caiçara, que veem de gerações de pescadores e agricultores. Também é educadora, guia de turismo e monitora ambiental no Parque Estadual da Ilha Anchieta. Disse compartilhar da mesma fala de todos os demais companheiros caiçaras que se manifestaram sobre o histórico de invasão por parte do Estado no território caiçara. Relatou que seu pai pescava muito na Ilha Anchieta, antes da criação do Parque Estadual assim como toda a sua família e colegas. Relatou que perderam terras para o Estado, com as criações dos parques se sobrepondo aos seus territórios, a exemplo do Félix, relatou que quando foi feito o plano de manejo foi estabelecido como zona de ocupação temporária ficando todos como invasores, mesmo tendo com um histórico de centenas de anos naquela região. E até hoje nada foi resolvido. Reclamou por não terem segurança do próprio território. Relatou que, na ilha Anchieta não foi muito diferente, como foi relatado, à época da Sudelpa. Relatou o turismo de base Comunitária existente na ilha Anchieta desenvolvido com amor, cuidado e com carinho com aquilo que lhes pertence e que não querem ver depredado, tanto assim, que é monitora ambiental do parque. O que se está questionando nessa audiência é o processo, ou seja, de como foi feito esse processo, de não ter uma ampla divulgação para as comunidades, principalmente as comunidades tradicionais. Disse que as reuniões de apresentações do Parque Marinho pareceram-lhe uma coisa imposta, na qual a comunidade não tinha voz, o que as pessoas falavam, alguém jogava um pano quente em cima e não se levava em conta aquilo que estava sendo questionado, aquilo que a gente se estava dizendo. Então o que está sendo questionado é o



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

processo em si e a sobreposição com o plano de manejo da APA Marinha, o que piora ainda mais todo esse processo. Reiterou que, historicamente as comunidades tradicionais perderam muitos espaços na parte terrestre e também na parte marinha, sendo esse o receita de todos os envolvidos. Também questionou a realização dessa audiência pública sem a participação popular ampla, por ter sido de forma virtual, e nesse sentido relatou que acabara de receber mensagens de colegas pescadores que querem participar, mas não sabiam como, por não terem muito acesso a esse meio virtual. **Marcela Lima Pedro**, do município de Ubatuba, moradora desde 2007, pesquisadora do território desde 2013, além de integrar a Associação no município e mestranda em Ecoturismo e Conservação na UNIRIO, com foco em ordenamento do turismo. Relatou solidarizar-se muito com a fala principalmente dos representantes do Fórum das comunidades tradicionais. Defendeu a importância do ordenamento territorial, principalmente em época de temporada quando as praias são de fato invadidas. Defendeu a otimização do processo de ordenamento desse Parque Marinho. Ressaltou, igualmente, a importância e não foi assertivo é a própria elaboração deste estudo que contou com muitas mãos e mentes. Parabenizou todos os envolvidos, inclusive aqueles que se preocupam com a comunidade e que será contemplada como afirmou a própria Fundação Florestal. **Patrícia Cardoso** afirmou que, por tudo que escutou, considera ser um consenso no território, o atropelo que significa essa proposta da Fundação Florestal. Afirmou que não estamos mais na década de 70, mas em 2021 da proposta de criação do Parque Marinho de Proteção Integral. Na qualidade de desenvolvedora de estudos de proteção dos bens comuns na Zona Costeira da região considera importante destacar que, na região, existem experiências muito exitosas de gestão do território pelas comunidades tradicionais quanto a preservação da floresta, das terras e das Águas. Afirmou que, do ponto de vista científico, existem estudos no mundo, principalmente sobre pesca artesanal, que comprovam que a autogestão do território, a gestão compartilhada pelos próprios cuidadores, moradores e pescadores é mais eficiente e sustentável do que a estatização e a privatização. Sendo assim, afirmou que, do ponto de vista científico a proposta de criação de unidades de Proteção Integral, sobreposta a territórios de povos e comunidades tradicionais, é bastante equivocada e ultrapassada. Isso já é reconhecido pelas universidades e no mundo inteiro e, sendo assim, disse causar-lhe espanto, que a Fundação Florestal, em 2021, apresente uma proposta desta, sem considerar o conhecimento dos cuidadores do mar, que aqui falaram com muita força. Reforçando a fala de todas as lideranças, que falaram aqui caiçaras e pescadores, disse que gostaria só de reforçar o que muitos já falaram: que se registre a proposta de suspensão de qualquer discussão de criação de novas unidades de conservação no mar, até a aprovação do plano de manejo da APA Marinha, que foi discutido há mais de 10 anos no território, com ampla participação e protagonismo caiçara e dos pescadores na sua aprovação. Afirmou que, para a proteção dos oceanos a aprovação do plano de manejo pelo CONSEMA e pela Fundação Florestal é uma excelente janela de oportunidade para demonstrar o papel do órgão ambiental estadual no cuidado com o mar. Todos falaram aqui da importância da aprovação do ordenamento marinho, portanto, não tem como se criar nenhuma outra unidade, sem aprovar o ordenamento marinho que foi construído com participação popular no território. Então essa é a primeira proposta. A segunda é que qualquer discussão de novas unidades de conservação, após aprovação do plano do ordenamento marinho, que não é só Ubatuba, é de todo o litoral norte, obviamente do ponto de vista legal, tem que respeitar a consulta prévia, livre e informada às comunidades diretamente afetadas, com todo respeito ao momento de pandemia por qual o Brasil passa. Sendo assim, afirmou que lhe espanta o atropelo da própria Fundação Florestal propondo a criação de uma nova unidade de conservação, sobreposta ao ordenamento marinho do mar. Afirmou que essa é a janela de oportunidade, motivo pelo qual apela a todos os conselheiros do CONSEMA e os representantes da Fundação Florestal para a aprovação do plano de manejo da APA Marinha. Passou-se a leitura da manifestação encaminhada por Lucas Citelli Cândido, de Cananéia: *“é muito gratificante ver um trabalho que se iniciou há anos tomando forma e sendo finalizado como proposta de criação de um novo Parque Marinho. A efetivação dessa área como unidade de*



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

*conservação é um passo de extrema importância para a conservação Marinha do Estado de São Paulo e do país. A sua gestão irá promover ganhos inestimáveis em diversos aspectos como biológico, econômico, científico e educacional. Cabe destacar que estamos vivendo um momento de muita visibilidade para o ambiente marinho, com a década das Nações Unidas de ciência oceânica para o desenvolvimento sustentável. E a criação desse Parque vai encontro do objetivo do desenvolvimento sustentável 14, bem como auxilia na promoção da cultura oceânica. Deixo aqui meu agradecimento a todos que se envolveram nesse processo ao longo dos anos, tornando a proposta realidade e parablenizo a Fundação Florestal pela iniciativa e cuidado com essa área que tem fundamental importância histórica na vida de todos que nela passaram. Avante Parque Estadual Marinho Tartaruga-de-pente".* **Laura Piatto**, do município de Ubatuba frisou que entende plenamente a colocação da comunidade em relação a essa proposta do Parque Estadual, mas ao mesmo tempo, como oceanógrafa, acompanha a Fundação Florestal, há muitos anos e, razão pela qual também entende a visão científica e de conservação desse parque. O que está muito explícito nessa discussão é que precisaria de uma aproximação maior entre a comunidade local e a visão científica, e uma linguagem mais acessível para isso. Acredita realmente que, em função da pandemia é muito difícil a gente discutir e priorizar algumas questões, mas ao mesmo tempo, a questão ambiental se faz muito necessária, principalmente nessa gestão atual que está sendo tão omissa no presente. Então, sua colocação como gestora de uma bacia hidrográfica, como oceanógrafa, como coordenadora de um projeto de educação ambiental é que o monitoramento marinho costeiro que a gente traz a linguagem para as crianças, e pela experiência que tem com as comunidades tradicionais, é que a gente ouça essas comunidades, porque é um consenso que a gente pode ver entre todos, que eles não estão sendo ouvidos, mas que, ao mesmo tempo, a proposta do Estado, a proposta da comunidade científica, também seja ouvida, mas de forma que ela chegue nessas comunidades. Percebe que, nesse diálogo é que todos estão falando a mesma coisa, a maioria não está contra o parque, a maioria está, digamos, mais resistente a como essa proposta está vindo, ainda mais, em momento de pandemia que estamos vivendo. Sendo assim, na sua opinião acha que se faz necessário um diálogo mais estreito, uma aproximação maior das comunidades, mas que essas comunidades também ouçam a comunidade científica, porque estamos no momento extremamente importante na questão ambiental e na questão de que estamos precisando dessa conservação, estamos com muitas poucas áreas de conservação ambientais no mundo, marinha, e que essa área é relevante para conservação, sim, porém temos que considerar também todo o histórico e toda uma participação da comunidade tradicional que é de suma importância na cultura, na experiência empírica. Reforçou, que tanto a comunidade tradicional quanto a comunidade científica são importantes e ambas devem se ouvir, se aproximar e caminhar juntas porque o objetivo aqui é a conservação ambiental, porque sem a conservação não conseguimos garantir nem que a comunidade tradicional também consiga seguir adiante. Passou-se a leitura da manifestação de **Adriana Matoso**, do município de Paraty: *o Parque Estadual Marinho Tartaruga-de-pente é sem dúvida uma medida importante para melhorar a gestão e proteção do atual polígono de restrição de pesca ao redor do Parque Estadual Ilha Anchieta, 1700 hectares e possibilitar a Fundação Florestal trabalhar com mais efetividade e participação da sociedade, por meio de um conselho consultivo, no entanto se a secretaria de infraestrutura e meio ambiente pretende de fato conservar os ambientes marinhos do litoral Paulista, é urgente a conclusão e aprovação do plano de manejo da APA Marinha do litoral norte, por sua dimensão 316.000 há, abrangência e multiplicidade de setores envolvidos há cerca de dez anos nesse processo participativo, fundamental para que se consolide o instrumento legal absolutamente necessário para a sustentabilidade da vida marinha em toda essa região. Apoiar a criação do Parque Estadual Marinho Tartaruga-de-pente é muito simples, mas demandar a aprovação do plano de manejo da APA Marinha litoral norte é questão de cidadania e responsabilidade socioambiental de quem trabalhou a vida toda nessa sua região tão maravilhosa quanto ameaçada.* **Gerson Florindo de Souza**, do município de Ubatuba, parabenizou a população



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

pela defesa de seus interesses e mencionou o movimento popular em Picinguaba para reivindicar iluminação para o Camburi, em 2007 e, o da APA Marinha, em 2010. Em sua opinião a proposta do Parque, baseado no modelo americano, prejudicou a vida de caiçaras, gerou autuações da Polícia Ambiental pelo plantio de roças, processo no ministério público e prefeitura, para a administração do parque, enfim, problemas para o cidadão humilde exercer suas tradições culturais. Discordou da informação de que a luta em defesa das comunidades caiçaras e contra as hostilidades ao meio ambiente têm 20 anos, quando na realidade são 40 anos. Frisou que a crença de que a UC de Proteção Integral traz problemas para todo mundo deve ser revista e finalizou dizendo que um parque bom para todos é aquele que é bem negociado com turistas, caiçaras, sem prejuízos o meio ambiente. **Ulysses Berberian Miguez** relatou que, desde o início da APA, há 14 anos, houve uma mobilização na cidade e, recentemente, o estudo científico, ao invés de ser integrado à APA, foi feito para “*quem entrasse dentro do território da APA e deslegitimasse a APA, porque a APA tem legitimidade, ela foi uma construção e essa construção não foi de pouco tempo, então depois de tudo que está sendo feito de forma colegiada, com todos os participantes.* Alertou a falta de razoabilidade e economicidade e racionalidade do poder público ter dois conselhos gestores para o mesmo território, dois regimentos para o mesmo agente federativo. Afirmou que a APA nasceu de uma construção coletiva e não do grupo de cientistas que trará um parque para Ubatuba. Depois disso tudo vem uma coisa que, por exemplo, não se trata dos cercos, porque o parque integral tem que cumprir os princípios públicos da economicidade e da racionalidade. Questionou porquê o parque está sendo criado sem levar em conta o MP e relatou que o fundeiro da Ilha Anchieta muitas vezes tem mais cem barcos, situação não adequada para uma UC de Proteção Integral. Afirmou não haver previsão também para a maricultura. Então, se você escreve isso numa APA marinha você está dentro das perspectivas da APA, quando você escreve no parque integral você cria uma instabilidade jurídica. **Eric Comin**, da família mergulho de Ilhabela, encaminhou a seguinte manifestação escrita: “*Em nome da família mergulho, representada por Eric Comin e Bruna Bonifácio realizamos essa manifestação em apoio a criação do Parque Estadual Marinho Tartaruga-de-pente, em concordância com a lei do SNUC, Sistema Nacional de unidades de conservação da natureza os estados possuem competência para criar unidades de conservação de todas as categorias, o parque tem como objetivo básico a conservação de ecossistemas naturais devida a grande relevância ecológica e beleza cênica apresentada, possibilitando assim a realização de pesquisas científicas, bem como atividades de educação ambiental, recreação e turismo ecológico. Ressalva-se que um espaço natural protegido por lei, por abrigar uma vasta diversidade de espécies, possui uma importante atuação para o bem-estar da sociedade, o local caracteriza-se como fundamental para garantir a biodiversidade marinha. Ademais ao ser tutelado os índices de impactos negativos oriundos das ações antrópicas diminuirá, para que os episódios de degradação e alteração sobre sua fauna torna-se escassos faz-se necessária a proteção legal. O órgão gestor das unidades de conservação do Estado de São Paulo, a Fundação Florestal, possui competência para administrar realizar, o manejo, bem como criar áreas que necessitam de conservação. Por fim, reiteramos nosso voto favorável para criação do Parque Estadual Marinho Tartaruga-de-pente. Estamos à disposição. Atenciosamente, Eric Comin, família mergulho de Ilhabela*”. **Marcos Tadeu Regazzini**, morador de Ubatuba, da praia do Perequê Mirim, desde 1982, relatou que quando atuava no ramo das escunas levou turista para Ilha e vivenciou todo o cenário que está ocorrendo, e atualmente, trabalha com embarcações menores, com lanchas. Afirmou que faltavam três pilares: a hierarquia, o pertencer e o equilíbrio. Acredita que todos tem o direito de fazer parte do sistema, de comer e sobreviver e, sendo assim, não acha justo que uma pessoa, criada na praia do Sul seja retirada, enquanto magnatas constroem prédios e megas mansões em cima da água. Além disso, tem toda a como muito dos pescadores que foram retirados e que estão em número bem menor que antigamente. Depois de toda a explanação espera que o Parque Marinho não venha a ter o mesmo contexto que Fernando Noronha e Abrolhos e, para isso não ocorrer afirmou que primeiro é necessário construir o



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

alicerce, ou seja, deve-se atender primeiro o básico, a comunidade Caiçara, moradores e contribuintes. Para que ninguém fique fora do contexto e todos sejam felizes, torna-se necessário a realização de muito estudo, conversas e reuniões, sendo claro que ninguém quer a depredação da natureza e do meio ambiente. Discorreu sobre a interdependência entre os que vivem da pesca, do turismo náutico, da rede hoteleira e do vendedor de açaí da praia, uma vez que vivem num mesmo contexto. Afirmou acreditar que todos estão galgando um futuro melhor, considerando que o Planeta não é nosso e temos a obrigação daqueles que habitam na faixa litorânea de Ubatuba, no litoral norte, de cuidar da natureza para aqueles que estão por vir. **Betun Caiçara**, do município de Ubatuba, encaminhou a seguinte manifestação escrita: *“faço parte da história viva do Parque Estadual Ilha Anchieta, minha mãe nasceu dentro do parque e meu avô foi carcereiro no presídio, esse ano o mesmo completa 98 anos. Em 1970, um velho Caiçara conhecido por seu Joel exerceu a prática de pesca artesanal, classificado pela APA Marinha Litoral Norte como pescado ecológica correto, em 2013 foi tirado da ilha com liminar expedida pelo juiz da primeira vara do Fórum de Ubatuba, hoje o mesmo responde um crime federal, pergunta, o que vocês pretendem com a cultura Caiçara com cerco flutuante, uma vez que esse pescador chegou a 1970, o parque criado em 1977, antes mesmo de qualquer Parque no polígono Estadual ou Federal, onde está o direito adquirido desse homem por força da constituição brasileira de 1988, vamos voltar na história e deixar a cultura Caiçara em livros de escola”*. **Fernando Braite Previdi**, do município de Ubatuba enviou a seguinte manifestação escrita: *“em nome da Associação de Navegadores de Esporte e Recreio, interessada na preservação dos nossos mares, praias e demais sistemas essenciais para a vida humana, porém com receio de que uma má gestão de um parque possa ter efeito contrário a sociedade, se reverter em ações exageradas que acabam por privatizar uma área pública, no caso o parque, se tornando privilégio para poucos pedimos que os responsáveis por esse projeto se comprometam junto ao Ministério Público e toda a sociedade em nunca, em hipótese alguma, criar proibições de ancoragem, navegação ou qualquer outro tipo de uso, sem antes haver uma democrática análise e concordância por parte de todos. Havendo esse objetivo a administração do Parque terá nosso apoio e auxílio para que os objetivos de preservação sejam sempre alcançados, infelizmente vemos ações contrárias a esses princípios, sendo tomadas em outras ilhas da região e até mesmo ações questionáveis na própria Ilha Anchieta, porém seria leviano da nossa parte apresentá-las nesse momento sem antes ter levado para administração do parque e demais órgãos competentes, motivo pelo qual preferimos dar o voto de confiança e oferecer nosso apoio. Em breve iremos nos apresentar formalmente e levar nossa pauta e oferecer de forma mais efetiva o nosso apoio”*. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes de órgãos públicos. O tenente **Jonas Stanich Conde**, do policiamento ambiental Marítimo de Ubatuba encaminhou a manifestação: *“Parabenizo, em nome do Pelotão Ambiental Marítimo do Litoral Norte, a iniciativa da criação do Parque Marinho com intuito de melhorar ainda mais a gestão do território, focando nas especificidades do ambiente aquático e permitindo um diálogo mais conciso com os agentes diretamente envolvidos, sejam pescadores, mergulhadores, turistas, visitantes e agentes de fiscalização.”* Passou-se a manifestação dos representantes de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente. **Jefferson Rocha de Oliveira**, conselheiro do CONSEMA, representante da entidade IEPA qualificou a audiência pública como um momento oportuno para demonstrar o estado democrático de direito existente no país, particularmente, no Estado de São Paulo. Na sequência procedeu a leitura do Ofício do IEPA a Secretaria-Executiva da FF e do CONSEMA: *“Prezados senhores, a associação Cunhambebe da Ilha Anchieta apoia a iniciativa a criação do Parque Marinho Tartaruga-de-pente em torno da Ilha Anchieta, pois historicamente em 1997 fomos um dos proponentes da criação desta UC quando ainda éramos Associação dos amigos do Parque Estadual da Ilha Anchieta, sendo assim desejamos que a criação, implantação e manejo dessas nova UC seja um sucesso, contem com o nosso apoio na divulgação das audiências, dos trabalhos e na implantação e gestão da unidade de conservação. Atenciosamente, Presidente da Cunhambebe,*



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

*Juliana Marcondes Bussolotti.*” Na qualidade de ambientalista percebeu ser necessária a realização de uma reflexão mais aprofundada e, principalmente, com a participação de pescadores e produtores rurais da Serra da Mantiqueira que não tem acesso à internet, mas podem ser representados pelo sindicato rural. Torce para que esse e todos os outros planos de manejo se concretizem porque é preferível uma unidade de conservação no papel do que nada, mas acentuou que a concretização depende do empenho de toda a sociedade. A conselheira do CONSEMA, **Gilda Nunes**, do Instituto Ilhabela Sustentável, parabenizou o pessoal da FF pela condução do processo feita, principalmente, pela Priscila e o Leandro. Relatou que as colocações apresentadas pelo conselheiro Jefferson, não são de hoje, vêm de muitos anos. Observou que muitas pessoas, ao longo da audiência, colocaram à tona a falta do plano de manejo da APA como sendo um problema para criação deste parque, no entanto, entende que as duas questões podem ser trabalhadas e acontecer, simultaneamente, uma vez que uma não atrapalha a outra. eles podem trabalhar e acontecer ao mesmo tempo, uma coisa não impede a outra. Destacou que cobrava constantemente no CONSEMA, a urgência da conclusão do PM da APA, assim como, a implementação das ações de gerenciamento costeiro que ao seu ver não pode ser confundido com o problema de saneamento, dada a importância e relevância que representa o Parque para a região, como muito bem foi apresentado pela Priscila. Afirmou que todas as informações técnicas constam do documento, talvez tenha faltado um pouco mais de diálogo com a comunidade, mas é imprescindível que essa unidade de conservação seja concretizada. Ela acabará sendo a segunda UC Marinha do Estado de São Paulo e sua criação conta com o sinal verde do Secretário de Meio Ambiente de Ilhabela. Discorreu sobre a relevância dessa criação para melhorar o estoque pesqueiro e a situação da pesca, sobre a qual todos vêm reclamando que está sofrível na nossa região. Além disso há necessidade de atender as questões da Agenda 2030, que é um compromisso que o Brasil assinou e, São Paulo está sendo pioneiro na concretização dessas ações. Espera que a população entenda a relevância dessa UC para a região, o Estado e o Brasil. Destacou que é conselheira do CONSEMA, representante das 18 Instituições da Rede Litoral Norte Sustentável que assinaram a manifestação de apoio a essa criação. **Alexander Turra** representante do Instituto Oceanográfico/USP, responsável pela cátedra Unesco para a sustentabilidade do Oceano, manifestou-se satisfeito por participar das discussões que, embora possam ser olhadas de diferentes formas, na realidade são basicamente as mesmas. Declarou que não somente ele, mas todo o IO/USP compreendem a importância desse processo de construção dessa UC, pautado no diálogo e pelo espaço para complementações. Na qualidade de cidadão, bastante preocupado com os ativos ambientais e a biodiversidade, referiu-se a Portaria da SUDEPE e chamou a atenção para a oportunidade que o Estado de São Paulo, os pescadores que moram, usam e têm algum tipo de relação com a região têm algum tipo de relação com essa região estão tendo de participar da tomada de decisão, razão pela qual, fica muito feliz nesse processo. Parabenizando a Fundação Florestal, Priscila e toda a equipe e reiterou a necessidade de todos continuarem a caminhar juntos para construção de algo que faça sentido para todos e de forma a servir de experiência para todo o Brasil. A conselheira do CONSEMA, **Syllis Flávia Paes Bezerra** endossou todos aqueles que lhe antecederam o uso da palavra apontando a necessidade de o assunto ser melhor discutido e que não seria aquele o momento propício de criar um Parque Estadual sem que primeiro, o plano de manejo da APA Marinha seja finalizado. Reiterou que a comunidade Caiçara, os pescadores precisam ser ouvidos e, embora saiba que houve um debate há dez anos, constata o clamor das cooperativas da baixada santista para serem ouvidos e a necessidade de visitar as comunidades com o objetivo de diagnosticar suas necessidades, pois, ninguém melhor do que eles próprios para relatar o que está acontecendo na área. Não é assim de uma forma atropelada e orquestrada, os pescadores e as pessoas locais precisam ser ouvidos. Afirmou que o problema da audiência pública virtual é que muitas pessoas e cooperativas da Baixada Santista não tem acesso à internet e, por essa razão, não estão presentes na audiência para relatar como é o dia-a-dia deles, ainda mais em momento de pandemia. Pelas razões expostas, solicitou que todos reflitam sobre a necessidade de o plano de manejo da APA



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Marinha Litoral Norte, e discutir o Parque somente após a conclusão do plano. Como integrante do conselho da APA Marinha do Litoral Centro relatou ter a sensação que se quer criar um estado dentro de um município, e esse não deve ser o processo. Reiterou que a sociedade civil, Caiçaras e cooperativas precisam ser ouvidas porque ninguém melhor do que eles para falar o que acontece. Colocou-se à disposição para discutir o plano de manejo da APA. Passou-se a etapa dos esclarecimentos. **Rodrigo Levkovicz**, diretor da FF asseverou que tudo será feito como de costume, sem “tratar” o território e afirmou que a audiência pública é importante porque traz o que a sociedade está demandando e não há a menor intenção de levar adiante um processo “top-down”, uma vez que, a FF, além de acreditar na importância do Parque é um dos maiores aliados na luta de aprovação do Plano de Manejo, a maneira como foi desenvolvido coletivamente no território, de forma a torná-lo viável. Declarou que o compromisso da FF é promover a construção coletiva no território, em parceria com as comunidades tradicionais e, nesse processo as críticas são recebidas de forma natural. Garantiu que não existe o menor problema em relação a continuidade conjunta das discussões, salientando-se que todos são interdependentes e que não existe gestão ambiental, sem a participação local, da mesma forma que a gestão ambiental pode ajudar as pessoas no território. Todas as contribuições são recebidas e consideradas como um *feedback* necessário, dentro do processo democrático e afirmou não haver qualquer pretensão de “canetar” nada e, se há necessidade de melhorar essa discussão, isso será feito com afinco, da mesma maneira que a FF está se empenhando, há muito, para a efetivação do plano de manejo da UC. Por derradeiro, enalteceu o papel da audiência pública nesse contexto de aprimoramento dos trabalhos. Afirmou que o Governo pode ajudar a melhorar a vida das pessoas, a sustentabilidade socioambiental, ao mesmo tempo que, tem a obrigação de preservar a cultura Caiçara, em todas as áreas do estado de São Paulo. Após três horas de audiência pública solicitou que todos tomem a Fundação Florestal como um aliado e reiterou o compromisso de construção de uma proposta conjunta, aparando as possíveis arestas. O Secretário-Executivo, **Anselmo Guimarães** agradeceu a equipe da Fundação Florestal pela exposição e a todos cidadãos e cidadãs, representantes de órgãos e entidades públicas, representantes da sociedade civil pelas contribuições. Lembrou que a audiência pública tem o objetivo de conhecer a opinião da sociedade, juntar argumentos, sugestões, críticas para o aprimoramento do estudo técnico propriamente dito. Esclareceu ainda que, a audiência não possui caráter terminativo ou deliberativo sendo apenas uma fase preliminar de outras instâncias de debate ainda por vir adiante, dentre as quais, a submissão da proposta ao Plenário do CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente, momento para o qual convidou todos a participarem. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o Secretário-Executivo, **Anselmo Guimarães** reiterou que todo e qualquer interessado teria ainda, até 08 de setembro de 2021, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, para o e-mail: [consema@sp.gov.br](mailto:consema@sp.gov.br). E, em nome do Presidente do CONSEMA, o Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente Marcos Penido, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.